



Um antisemitismo difuso no discurso educacional brasileiro
A diffuse anti-Semitism in Brazilian educational discourse

Lucio Álvaro Marques*

Universidade Federal do Triângulo Mineiro | Uberaba, Brasil
lucio.marques@uftm.edu.br

Ícaro Uriel Brito França**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro | Uberaba, Brasil
uriel.icaro@gmail.com

Resumo: O objetivo deste estudo é primeiramente analisar o que seria o termo “antisemitismo difuso”, delimitando seu significado e sua abrangência. Será realizada um levantamento histórico sobre o surgimento e os significados do termo “antisemitismo” ao longo da história, até chegar a sua presença dentro do campo da Educação, sendo analisado as possíveis causas de sua existência junto aos ambientes de Ensino. Ainda, serão analisadas as incidências de conteúdos curriculares ligados ao Judaísmo dentro Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória com revisão bibliográfica. Os resultados enfatizam a compreensão da ideia de um antisemitismo difuso presente na Educação Brasileira.

Palavras-chave: Antisemitismo difuso. Educação. Currículos. BNCC.

ABSTRACT: The objective of this study is to first analyze what the term “diffuse anti-Semitism” would be, delimiting its meaning and scope. A historical survey will be carried out on the emergence and meanings of the term “anti-Semitism” throughout history, until its presence within the field of Education, analyzing the possible causes of its existence in teaching environments. Furthermore, the incidence of curricular content linked to Judaism within the National Common Curricular Base (BNCC) will be analyzed. This is a qualitative and exploratory research with a bibliographical review. The results emphasize the understanding of the idea of diffuse anti-Semitism present in Brazilian Education.

Keywords: Pervasive anti-Semitism. Education. Resumes. BNCC.

*Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pós-Doutor em Filosofia Brasileira pela Universidade do Porto / Portugal.

**Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).



Introdução

O presente artigo propõe realizar um levantamento sobre o termo “antisemitismo difuso” e seus possíveis impactos sobre a Educação Brasileira, buscando define-lo e identificá-lo em toda sua abrangência.

O significado do termo antisemitismo descreve uma aversão a povos semitas, possuindo idiomas de troncos linguísticos de uma origem comum, entre os quais destacam-se judeus (conhecidos na antiguidade como hebreus) e árabes, compartilhando ainda origens culturais. Em *Gênesis*, esses povos são vistos como descendentes de Sem, filho de Noé. São povos que possuem no monoteísmo uma característica em comum de suas religiões (sendo as principais Judaísmo, Cristianismo e Islamismo). Atualmente, o termo tem se ligado mais especificamente ao preconceito, aversão ao povo judeu.¹ É importante dizer que este artigo irá se ater à ideia de antisemitismo relacionada ao preconceito contra os judeus.

Já o significado de “difuso” diz respeito à ideia de difusão, se espalhando por várias ou todas as direções, sendo disseminado, divulgado.² Assim, ao juntar as duas palavras, no caso “antisemitismo difuso”, pode-se compreender que esteja se falando de um preconceito, aversão aos judeus, ocorrendo de uma forma mais dispersa, porém disseminado em várias direções.

A expressão “antisemitismo difuso” veio a partir de uma comparação à ideia de racismo difuso. De acordo com Kabengele Munanga (2017), em sua obra “As antiguidades do racismo à brasileira”, ao falar sobre o racismo, este demonstra que há ocasiões em que o racismo age de forma difusa, sutil, evasiva, camouflada, silenciado em suas expressões e manifestações, todavia eficiente em seus objetivos, surgindo, assim, ideia de um racismo difuso.

Neste artigo será proposta a reflexão sobre o conceito de antisemitismo difuso, em relação à realidade da educação brasileira junto aos conteúdos curriculares presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As tentativas de inclusão de conteúdos ligadas a assuntos do universo judaico, dentro da disciplinar de História, no currículo oficial também serão abordadas.

Trata-se então de uma reflexão teórico-conceitual tendo como base uma análise literária acadêmica, além de documentos referentes a órgãos oficiais brasileiros e internacionais, analisando o antisemitismo, junto ao apagamento da presença judaica na constituição da sociedade brasileira, como um problema social, no sentido que Lenoir (1996) dá ao termo.

¹ VITA, 2021.

² RISCO, 2024.



Primeiramente, é feita uma reflexão sobre a dimensão histórica do antisemitismo difuso no Brasil. Após isso, serão analisadas duas propostas de inclusão de conteúdos na BNCC, que seriam “judeus e outras vítimas do Holocausto” e “Judeus/cristãos novos e a Inquisição”. Por último, foco como pode ser notado, analiticamente, o antisemitismo difuso na área da educação, com o apagamento da presença judaica em conteúdos da disciplina de História.

No Brasil, percebe-se que seu território foi uma espécie de refúgio a judeus e cristãos novos durante o período colonial, que enfrentavam longa e penosas viagens rumo ao desconhecido, buscando apenas uma sobrevivência. Essas pessoas auxiliaram na construção da identidade nacional brasileira. Porém, aqui também sofreram com a discriminação e apagamento de sua presença, primeiro com as perseguições religiosas e posteriormente com propagação de ideias antisemitas no país.

Todavia, diferente de períodos nos quais essa perseguição foi explícita, principalmente após a segunda metade do século XX tal preconceito passa a ser sutil e imperceptível para o grande público. No campo educacional, observa-se isso na dificuldade de inclusão de temas ligados à história dos judeus e cristãos novos junto à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O exemplo mais atual foi a tentativa de inclusão do tema “Inquisição no Brasil” e “Holocausto”, em 2017, sendo aprovado apenas o segundo tema. Hoje, ao pesquisar no texto da BNCC, nos conteúdos pertinentes à disciplina de História, no Ensino Fundamental, existe apenas um tópico, que é “Judeus e outras vítimas do Holocausto”, não havendo nenhuma menção aos cristãos novos.

A BNCC é documento homologado pelo Ministério da Educação (MEC). Como tal, reflete os anseios e representação da sociedade. Então, eis o questionamento: Por qual motivo há o apagamento, a invisibilidade destes temas? Seria um antisemitismo difuso?

É importante colocar que o conceito de antisemitismo difuso permite observar uma correlação de interesses não projetados em sua integralidade, mas que funciona por pressuposto político de seleção de proteção de segmentos ligados à cristandade em comparação aos não cristãos da população, por mecanismos que buscam o apagamento histórico dentro do ambiente educacional.³

1 Antisemitismo no Brasil

É importante situar a presença judaica no Brasil para se compreender a história do antisemitismo no país. As primeiras levas imigração judaica em terras brasileiras deu-se no início do período colonial. Através da perseguição e expulsão dos judeus

³LÓPEZ, 2012.



de Espanha e Portugal. Assim, muitos judeus, obrigados à conversão forçada ao cristianismo, passando a se denominar “cristãos novos”, decidem migrar para o Brasil, buscando fugir do preconceito e perseguição religiosa na Europa.⁴

Assim, cristãos novos foram os judeus ibéricos, conversos à força ao catolicismo, principalmente após sua expulsão da Espanha, em 1492, e de Portugal em 1497, iniciando o que muitos historiadores chamam de a “Segunda Diáspora Judaica”. Muitos, fugindo do alcance da Inquisição vão para o Brasil. Os formatos diáspóricos (das diásporas) instituíram uma contribuição da judeidade às Américas, com a difusão de sua cultura, sendo quase tão antiga quanto o descobrimento desse continente.⁵

É importante ressaltar que esses judeus eram chamados de sefaraditas, termo usado para referir os descendentes de judeus originários da Península Ibérica, pois Sefarádia (em hebraico: סְפָרָד, transliterado: Sefarad) é a palavra hebraica que denomina essa região.⁶

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, várias levas de cristãos novos chegaram em terras brasileiras, fazendo-se presentes ao longo de toda a história desse período, buscando na “camuflagem como cristãos” formas para protegerem-se e mesclarem-se junto à sociedade brasileira, fugindo de perseguições da Inquisição. Porém, com a chegada da Inquisição em terras brasileiras, começou a haver perseguições aos judeus. Apesar de não haver Tribunal da Inquisição constituído no Brasil, vieram representantes do Santo Ofício para julgar casos de pessoas acusadas de professar o judaísmo.⁷

É interessante que quanto mais chegavam as perseguições aos judeus no país, há movimentos migratórios para o interior do território dessas famílias de origem judaica, notando-se essa presença por todo território, inclusive havendo bandeirantes de origem judaica como Raposo Tavares, Fernão Dias Paes e Brás Leme. Inclusive, pela nova perspectiva sobre a história do período, Raposo Tavares e bandeirantes que atacavam igrejas podem ser vistos como “subversivos”, desafiadores da hegemonia católica, na visão de Novinsky.

Somente a partir do século XIX, durante a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, com a concessão de certas liberdades de culto religioso diferentes do catolicismo,

⁴SANTOS; SOARES, 2012.

⁵PÓVOA, 2010.

⁶BEINART, 1992.

⁷MARQUES, FRANÇA; 2023.



sendo posteriormente inclusa na Constituição de 1824, houve diminuição das perseguições.⁸

Entre os séculos XIX e XX, novas levas de judeus chegaram ao Brasil, fugindo também de perseguições e guerras na Europa, porém agora de judeus de origem asquenazita. O termo ashkenaz (em hebraico: אַשְׁקָנָז) é era palavra hebraica para designar a região da Alemanha durante a Idade Média. Assim, judeus oriundos da Europa Central e Oriental passaram a ser chamados de asquenazitas. Assim, nota-se que o antisemitismo no Brasil se forma por manifestações de um racismo de cunho religioso, político e ideológico em oposição ao povo judeu ao logo da história.

No século XX, surge a ideia também de conspirações judaicas contra governos vigentes, ligando-se até o judaísmo a planos comunistas de controle do poder, como é o caso do Plano Cohen, em 1937, sobre um suposto documento "apreendido" pelas Forças Armadas do Governo Vargas, apresentado, sem qualquer questionamento de sua veracidade, em reunião com Eurico Gaspar Dutra, chefe do Estado-Maior do Exército Góis Monteiro, Filinto Müller, entre outros. Tal documento, ao ser divulgado, foi a base para o golpe que instituiu a ditadura do Estado Novo. O próprio Vargas teve uma certa aproximação com a ideologia nazifascista por um período, distanciando-se dela apenas quando o Brasil adentrou na Segunda Guerra Mundial em apoio aos países aliados.⁹

Antes disso, já havia publicações de cunho antisemita, como os textos de Jackson Figueiredo, na década de 1920, associado ao Centro Dom Vital e veiculada, na revista *A Ordem*. Também, a Ação Integralista Brasileira (AIB) trouxe grande divulgação de obras e propagandas antisemitas, tendo expoentes como Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Este último, em suas narrativas, trazia como verdade absoluta a obra "Os protocolos dos sábios de Sião", trazendo planos judaicos para dominação do mundo. Barroso, em sua obra "Brasil - colônia de banqueiros", de 1934, reforça as ideias de Hitler, sobre a ligação dos judeus ao comunismo, trazendo a ideia de que Trotski e Rothschild são ampliações do espírito judaico.¹⁰

Ainda, muitos políticos e intelectuais brasileiros fizeram o uso de discurso racial-político antisemita, ligando os judeus ao comunismo. Já, a partir da segunda metade do século XX, há no Brasil a ideia de um "revisionismo" e até a "negação" do Holocausto, trazendo mais uma face ao antisemitismo brasileiro.

Ainda, em período posterior, já no final do século XX e primeiras décadas do século XXI, o pensamento antisemita altera-se, quando partidos de esquerda passam a dar

⁸GRINBERG, 2005.

⁹CARNEIRO, 2012.

¹⁰MAIO, 1992.



mais apoio à causa árabe, principalmente apoio ao povo palestino. A partir desse instante a ideia do antisemitismo no Brasil altera-se, sendo o Estado de Israel visto como uma nação promotora de guerra e genocídio ao povo palestino. Com isso toda a comunidade judaica brasileira, como um todo, passa a sofrer ameaças, retaliações e até mesmo agressões, ocorrendo pichações em sinagogas e residências.

Também, há uma grande influência cristã sobre a Educação no Brasil, apesar de ser o Brasil um país laico, ocorrendo resistências em abordagem de certos temas ligados a grupos minoritários não cristãos, além de assuntos sensíveis à cristandade, como é o caso da Inquisição.¹¹

Ainda, há autores “revisionistas” e “negacionistas” que procuram justificar atos infames como os praticados pelo Tribunal da Inquisição e pelo governo nazista na Alemanha, amenizando e/ou negando barbáries ocorridas. Tais fatos mostram um grande desconhecimento do passado.¹²

Assim, é interessante observar que as ideias que compõem o discurso antisemita brasileiro vão se modificando com o decorrer da história. Seja de cunho religioso, político e/ou ideológico, todo esse pensamento acaba impregnando-se por todo o âmbito da sociedade, perpassando inclusive dentro do campo educacional brasileira, surgindo aí uma verdadeira didática antisemita, para apagamento e exclusão da presença judaica no Brasil.

2 Uma didática antisemita no Brasil

Ao longo dos tempos, muitos métodos e mecanismos de ensino foram sendo utilizados para ensinar a população cristã como os judeus eram perigosos e nocivos à sociedade e aos dogmas da cristandade. Foram métodos iniciados desde a cristianização do Império Romano, principalmente durante o período conhecido por Antiguidade Tardia, com a outorga da primeira legislação escrita, que retirava a cidadania dos judeus no Império Romano, conhecida por Código Teodosiano.¹³

Posteriormente, durante a Idade Média e o Renascimento, houve a instauração do Tribunal da Inquisição refletindo políticas antisemitas no campo educacional, nas escolas, universidades e liceus. A cristandade já estabelecida, passa a ensinar aos cristãos o pensamento antisemita, como, por exemplo em São Tomás de Aquino. Baseando-se em Aristóteles, este coloca que toda a prática de empréstimo, seja ela

¹¹RAGUSA, 2017.

¹²NOVINSKY, 2015.

¹³FRANÇA *et al.*, 2022.



qual for, se não for gratuito, é pecado, e estará pecando não só aquele que empresta, mas o que pega emprestado também.¹⁴

Todo esse pensamento antisemita perpassado pela região ibérica, chega em terras brasileiras junto aos colonos portugueses e espanhóis durante o período da colonização, sofrendo um crescente aumento ao longo dos séculos de colonização. No caso brasileiro, o que antes era tido como um refúgio aos judeus e cristãos novos, posteriormente passa a haver perseguições e divulgações de ideias antisemitas em colégios jesuítas, colocando os judeus contrários à construção de uma sociedade cristã no novo mundo.

No Brasil, os jesuítas foram os primeiros a utilizarem a pedagogia, principalmente para a conversão indígena ao cristianismo. O modelo pedagógico utilizado era organizado em um regime que acoplava trabalho, religiosidade e educação, buscando divulgar e ensinar o cristianismo na colônia. Muitas das ideias antisemitas passam a ser divulgadas dentro dessa nova realidade, sendo até parte dos religiosos ligados a instituições da Inquisição.

Com o tempo, o objetivo primeiro que era a obra da catequese, acabou cedendo lugar a educação da elite. Assim, a educação jesuítica se dá pela formação da elite letrada no Brasil, ou seja, dos padres e senhores de engenho. Apesar de muitos cristãos novos (judeus convertidos) chegarem a fazer parte de altas camadas da sociedade brasileira, a ideia dos ensinamentos do que seria um bom cristão, passa a ser pregada nas escolas confessionais durante o período colonial e imperial, sendo que o latim e a teologia cristã compunham as matrizes curriculares dos colégios e instituições de ensino.

Apenas em 1981, com a promulgação da primeira constituição republicana no Brasil, que foi determinada a laicidade do ensino público no país, findando um domínio de quatro séculos da Igreja Católica junto às políticas do Ensino Nacional.¹⁵ Porém, vários mecanismos continuaram vigentes para ensinar aos cristãos motivos, antes explícitos, passando ao longo do tempo a serem veludos, explicando porque os judeus deveriam ser excluídos.

Com a influência de novas teorias sobre o currículo e sua influência no currículo brasileiro no século XX, que o coloca como uma forma de organização das aprendizagens realizadas no contexto da escola com intuito de desenvolver nas novas gerações as habilidades necessárias às ocupações da vida adulta, nota-se que conteúdos como “imigração judaica no Brasil”, “a perseguição dos judeus no Brasil

¹⁴ DELUMEAU, 2003.

¹⁵CUNHA, 2017.



pela Inquisição” e “influência dos cristãos novos na construção da sociedade brasileiro” continuaram excluídas do currículo.

Ora, sabe-se que o contexto histórico da época, junto a configurações política, econômica e sociocultural, influenciam na construção do currículo escolar. Até mesmo os conteúdos posteriores da história contemporânea, como “a perseguição dos judeus durante o período nazista” e o “holocausto”, só foram incluídos em 2017.

Sobre temáticas envolvendo a história dos judeus, houve projetos buscando a inclusão de conteúdos ligados ao tema como obrigatórios na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Um destes foi o projeto, enviado pela Confederação Israelita do Brasil (CONIB), em novembro de 2017, para o Conselho Nacional de Educação, sugerindo a inclusão dos temas “Inquisição no Brasil” e “Holocausto” na BNCC. O documento colocava que a inclusão desses temas teria o objetivo de preencher uma lacuna de conteúdos junto ao currículo escolar, baseando nos princípios do desenvolvimento humano integral e dos valores humanitários, que devem estruturar a formação básica comum na educação básica no país.¹⁶

Analizando o próprio documento da BNCC, na parte de Ciências Humanas – História – Ensino Fundamental, ao buscar palavras “judeu”, “judeus”, “judaísmo”, apenas o termo “judeus” aparece apenas uma única vez na página 448, com “Judeus e outras vítimas do Holocausto”. O termo “cristãos novos” não aparece uma única vez.

Todavia, apenas a proposta sobre tema ligado ao Holocausto foi aprovada. Assim, a partir de 2018, o Conselho Nacional de Educação aprovou e recomendou o ensino sobre o Holocausto, passando o mesmo a ser considerado matéria curricular obrigatória. Tal aprovação foi endossada pelo governo federal. Assim, foi incluído o tema obrigatório à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC): “Judeus e outras vítimas do Holocausto”, colocando como habilidade “descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o Holocausto)” (EF09HI13). Tais temas foram colocados ao conteúdo de História do 9º ano do Ensino Fundamental¹⁷, havendo preocupação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Confederação Israelita do Brasil (CONIB) sobre a capacitação dos professores.

A mudança foi um grande avanço para a inclusão de temas ligados à História Judaica. Porém, os temas relacionados à perseguição dos cristãos sobre os judeus e cristãos novos continuou fora da BNCC, havendo pouca abordagem sobre o tema junto aos livros didáticos, além de poucas iniciativas para a capacitação de

¹⁶CONIB, 2018.

¹⁷BRASIL, 2018, págs. 430 e 431.



professores sobre o tema. Desligados muitas vezes dos temas abordados em sala de aula, tendo muitas das vezes apenas citações superficiais, a figura dos “cristãos novos” acaba sendo presença esvaziada, de sentidos e significados.¹⁸

É interessante observar que desde a década de 1970 já há pesquisas e estudos que abordam a importância da presença judaica no Brasil. E, através de tais estudos sabe-se que esta é bem mais complexa do que aparece nas poucas páginas dos livros didáticos. Dentro dos livros didáticos, muitas vezes tais conteúdos se limitam a alguns parágrafos dentro do período colonial, muitas vezes relacionado à Invasão Holandesa no Brasil.

De acordo com Certeau (2002), uma pesquisa historiográfica é articulada dentro de um espaço de produção cultural, política e socioeconômica. Porém, a historiografia não descreve práticas silenciosas que as constroem, todavia efetua uma nova distribuição de práticas estabelecidas. E tais práticas silenciosas pode ser observado na descrição dos judeus e cristãos novos dentro dos currículos até os dias atuais.

Uma presença de certa forma esvaziada, que fortalece ainda antiga versão única tão presente sobre a formação brasileira, pautada somente velho conhecido tripé do índio, do branco e do negro.

Desde a década de 1980, com o período de redemocratização, há mudanças dentro do Ensino de História, trazendo nos currículos pautas que antes eram excluídas. Porém, nem todas foram recepcionadas, provavelmente resquícios de valores cristãos hegemônicos junto à ideia de um antisemitismo difuso, muitas vezes quase que imperceptível para a maioria das pessoas.

A permanência de uma visão hegemônica voltada para a ideia de uma história única é muito defendida pelos defensores da existência de uma sociedade globalizada.¹⁹ O não questionamento, a não problematização de tais processos históricos podem ser observados junto ao currículo de História da BNCC.

Mesmo com a inclusão do objeto de conhecimento “Judeus e outras vítimas do Holocausto”, na unidade temática “Totalitarismos e conflitos mundiais”, nada foi colocado sobre a imigração judaica e presença judaica na construção da sociedade brasileira, mesmo com cerca de séculos de migrações judaicas para Brasil.

Analizando o próprio documento da BNCC, na parte de Ciências Humanas – História – Ensino Fundamental, ao buscar palavras “judeu”, “judeus”, “judaísmo”, apenas o termo “judeus” aparece apenas uma única vez na página 448, com “Judeus

¹⁸RAGUSA, 2017.

¹⁹BITTENCOURT, 2008.



e outras vítimas do Holocausto". O termo “cristãos novos” não aparece uma única vez.

Baseado nessa análise, pode-se compreender como há ainda um projeto em vigor, iniciado desde o início da formação do Brasil, herdado da colonização cristã portuguesa, em prol do apagamento de histórias de povos de origem não cristã. Há todo um projeto histórico-educacional buscando um apagamento sutil da origem judaica na sociedade brasileira.

3 Apagamento das origens judaicas de autores

Nota-se a exclusão ou poucas citações/referência sobre a importância dos judeus na construção da sociedade brasileira e também o apagamento de origens judaicas de personalidades históricas de relevância dentro do material didático, mesmo com um número considerável de documentos históricos e pesquisas acadêmicas sobre a presença destes, durante grande parte da história do país.

É importante notar que o preconceito e o antisemitismo se fizeram presentes no Brasil desde seus primórdios, continuando ainda hoje. Uma investigação realizada pelo Observatório Judaico de Direitos Humanos (2022), Henry Sobel sinalizou um substancial aumento de denúncias de antisemitismo após a posse do atual governo. O documento ainda aponta a relação dos casos com o discurso oficial do presidente da época, Jair Messias Bolsonaro.

Um possível preconceito/antisemitismo difuso, aliado a autores “revisionistas” e “negacionistas” e, também, à resistência de matrizes cristãs sobre a inclusão do tema podem ser uma possível hipótese desse “apagamento” da história dos judeus no Brasil e da origem judaica de nomes como Clarice Lispector, Moacyr Scliar, Ernildo Jacob Stein, entre outros, novos nos livros didáticos e currículos escolares. Por que não abordar essa face das histórias dos autores, sabendo que essa vivência dos mesmos pode ter influenciado suas ideias, seus textos, seus escritos?

Alguns autores até buscam trazer uma certa ideia da vivência judaica em suas obras, como é o caso de Scliar, em sua obra “A nossa frágil condição humana: crônicas judaicas”, ao buscar colocar, através de histórias e personagens, cultura, história e memória do povo judaico.²⁰ Porém, ainda para o grande público tratam-se de obras desconhecidas, muito pouco utilizadas em ambiente escolar.

No Brasil, há autores que colocam a não necessidade de lealdade unívoca de seus habitantes, qualquer que seja a origem nacional ou religiosa, colocando-se aberta a integração e assimilação.²¹ Todavia, na prática a ideia torna-se bem diferente. Surge,

²⁰SCLIAR, 1987.

²¹RATTNER, 1997.



assim, um apagamento da origem de autores judeus ao serem abordadas suas obras e seus legados dentro do campo educacional. Observa-se, então, a ideia de uma sociedade com a presença ainda forte de um pensamento patriarcal cristão, presente inclusive atualmente, com reflexos visíveis no campo educacional. De acordo com Novinsky:

Ao genocídio dos índios, ao bárbaro sofrimento infligido aos escravos africanos junta-se agora a paradoxal história dos judeus, forçados a converterem-se ao catolicismo, que tanto ocuparam altos e prestigiosos cargos na direção da Colônia como agonizaram nos cárceres, pelas torturas e nas fogueiras. As novas gerações terão de conviver com esta fatídica história da Inquisição de Portugal, que transferiu para o Brasil a perseguição aos cristãos novos, a discriminação e o racismo.²²

Principalmente no caso de temas ligados aos cristãos novos, onde se entra em assuntos que tangem também a história do cristianismo, como é o caso da Inquisição no Brasil, ainda há grande resistência em se abordar tais assunto dentro dos espaços intramuros da Escola, visto que o Brasil é país de maioria cristã.

Sem falar do fato de que, na atualidade, os temas relativos às migrações judaicas e aos cristãos novos no Brasil acabam esbarrando e se confundindo com temas da atualidade como os conflitos entre Israel e Palestina. Num país bi polarizado como o nosso, acaba-se tendo leituras errôneas de tais temas, que na grande maioria das vezes não deveria estarem misturados.

De um lado, tem-se uma esquerda radical com sua grande maioria a favor das reivindicações palestinas e contrárias ao Estado Moderno de Israel. De outro, há uma extrema direita, defensora do Estado de Israel, quase que defendendo um ideal messiânico de se proteger a Terra Prometida, numa visão bastante cristianizada do judaísmo. E, no meio de todo esses impasses, nota-se, dentro de ambos os lados, um antisemitismo velado, escondido, em que nenhum dos dois lados admite possuí-lo ou propagá-lo.

Considerações finais

Somos um país no qual o apagamento da origem judaica como Clarice Lispector, Moacyr Scliar, Ernildo Jacob Stein, Baruch Espinosa, Sigmund Freud, Karl Marx, Karl Raimund Popper, Hannah Arendt, entre vários outros exemplos. Soma-se a isso não se quer inclusão, dentro dos componentes curriculares obrigatórios, a história da migração judaica, ocorrida por cerca de cinco séculos de forma quase que

²²NOVINSKY, 2015, p. 9.



ininterrupta. Também, mesmo com grande parte dos sobrenomes atuais remontando a uma origem judaica, há o desconhecimento da grande maioria da população dessas raízes ancestrais. Tudo isso, somado ao perturbador silenciamento historiográfico e à omissão do campo educacional em se abordar tais temas, pode-se compreender a presença de um antisemitismo difuso na Educação Brasileira.

De fato, após tudo o que foi abordado, percebe-se a existência de um antisemitismo difuso no campo educacional ao haver um silenciamento do debate de temas ligados à história dos judeus e dos cristãos novos no Brasil. Também, há uma não identificação de personalidades históricas brasileiras a sua origem judaica, como é o caso de Clarice Lispector, Moacyr Scliar, Ernildo Jacob Stein, entre outros, tanto junto aos livros didáticos quanto em artigos, dissertações e teses de pesquisa. Tudo isso serve de base para se considerar a existência do antisemitismo difuso na educação brasileira.

Referências

- BEINART, Haim. *The Sphardi Legacy*. v. 2, Jerusalem: Magnes, 1992.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 mai. 2022.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antisemitismo no Brasil. *Cadernos de História*, v. 13, n. ja/ju 2012, p. 79-97, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3491/3871>. Acesso em: 07 abr. 2024.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CNE aprova ensino do Holocausto como matéria curricular. Conib, São Paulo, 04, janeiro de 2018. Notícias. Disponível em: <https://www.conib.org.br/cne-aprova-ensino-do-holocausto-como-materia-curricular/>. Acesso em: 16 mai. 2022.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.
- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)***. Bauru, SP: Edusc, 2003. v. 1.



FRANCA, Ícaro Uriel Brito; PÓVOA, Carlos Alberto; RIBEIRO, Alcides Mariano; BUENO, José Lucas Pedreira. *Codex Theodosianus: análises sobre retaliações jurídicas ao status de cidadania dos judeus do império romano e sua relevância na formação do pensamento antisemita*. *Revista Latino-americana de geografia e gênero*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 106-115, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://nucleus.feitoverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/4006>. Acesso em: 20 mai. 2024.

GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al. (org.). *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.

LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. *Interface: comunicação, saúde, educação*, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MAIO, Marcos Shor. *Nem Rothschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARQUES, Lúcio; FRANÇA, Ícaro Uriel Brito. O apagamento das identidades judaica e feminina: uma leitura dos prefácios da coleção *Os pensadores*. *Revista Opinião Filosófica*, v. 14, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1110>. Acesso em: 26 mai. 2024.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lúcia (Org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOVINSKY, Anita Waingort et al. *Os judeus que construíram o Brasil: Fontes inéditas para uma nova visão da história*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2015.

Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil. Antissemitas e correlatos no Brasil. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/Relatorio-Observatorio-Judaico-2022.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

PÓVOA, Carlos Alberto. *A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2010.

RAGUSA, Helena. Os cristãos-novos na escrita dos livros didáticos de história: uma presença “esvaziada”. *Revista TEL*, Irati, v. 8, n. 2, p. 32-55, jul./dez. 2017. Disponível



em: file:///C:/Users/Icaro/Downloads/10913-Texto%20do%20artigo-39905-1-10-20180129.pdf. Acesso em: 16 mai. 2022.

RATTNER, H. *Tradição e mudança: a comunidade judaica de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1977.

RISCO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Maria Medianeira dos; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Reflexões sobre identidade judaica e gênero no seu processo de (re)territorialização no Rio Grande do Sul. *Revista Latino-americana de geografia e gênero*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 106-115, ago./dez. 2012.

SCLIAR, M. *A nossa frágil condição humana: crônicas judaicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCLIAR, M. *A condição judaica*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

VITA, Mariana Rodrigues de. O antisemitismo como ódio obstinado. *Epígrafe*, São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 221-236, 2021.

Enviado em: 08/08/2024

Aprovado em: 30/10/2024